DADOS DO DOCUMENTO

TÍTULO: Projeto ALTIN – Apreciação da Conjuntura Nacional – Anexo C

DATA DE PRODUÇÃO: 10 de setembro de 1974

ORIGEM DO DOCUMENTO: SNI

GRAU DE SIGILO: Secreto

NÚMERO DE PÁGINAS: 48

DESCRIÇÃO:

Anexo C – Análise sobre o diálogo do Governo com a Igreja.

ANEXO - C

DIÁLOGO DO GOVERNO COM A IGREJA

ANEXO-C

ÍNDICE

ANÁLISE DA AC ..... Pg - I

APRECIAÇÃO DA AMA ..... Pg - 1

APRECIAÇÃO DA ABE ..... Pg - 2

APRECIAÇÃO DA AFZ ..... Pg - 3

APRECIAÇÃO DA ARE ..... Pg - 5

APRECIAÇÃO DA ASV ..... Pg - 6

APRECIAÇÃO DA ABH ..... Pg - 11

APRECIAÇÃO DA NAGO ..... Pg - 14

APRECIAÇÃO DA AC ..... Pg - 15

APRECIAÇÃO DA ARJ ..... Pg - 16

APRECIAÇÃO DA ASP ..... Pg - 25

APRECIAÇÃO DA ACT ..... Pg - 28

APRECIAÇÃO DA APA ..... Pg - 29

APRECIAÇÃO DO CENIMAR ..... Pg - 31

APRECIAÇÃO DO C I E ..... Pg - 34

APRECIAÇÃO DO C I S A ..... Pg - 37

ANÁLISE DA AGÊNCIA CENTRAL

DIÁLOGO DO GOVERNO COM A IGREJA

a. Resultados

O diálogo iniciado entre o Gov e a Igreja Católica e que vem se ampliando, tanto pela multiplicação dos contatos como pela participação gradativa dos seus representantes em diferentes escalões, ainda não apresenta resultados que possam ser avaliadas com exatidão. Não obstante, pode-se assegurar que ainda se apresenta como expectativa bastante favorável para o encontro de soluções, que contribuam para remover as incompreensões existentes.

A confirmação dessa expectativa parece depender mais da Igreja que do Governo. Isto porque, enquanto no Governo há unidade de ação, a Igreja apresenta-se, na atualidade, como um organismo carente de autoridade e minado pela atuação da chamada "tendência progressista", isto é, da esquerda clerical.

De um modo geral, os pronunciamentos de algumas altas figuras do Episcopado vêm se caracterizando pelas referências favoráveis à "disposição do Governo em colaborar para a melhoria de suas relações com a Igreja".

Pela influência que exercem tais personalidades, é oportuno sintetizar as manifestações mais significativas dos Cardeais D. AGNELO ROSSI, Prefeito da Congregação para Evangelização dos Povos, do VATICANO; D. AVELAR BRANDÃO VILELA, Arcebispo da BAHIA e Primaz do BRASIL; D EUGÊNIO ARAÚJO SALES, Arcebispo do RIO DE JANEIRO e D. PAULO EVARISTO ARNS, Arcebispo de SÃO PAULO.

DOM AGNELO ROSSI:

- Após ter sido recebido pelo Presidente da República, enfatizou que mantivera um amistoso diálogo e declarou que as organizações religiosas têm sentido uma permanente preocupação do Estado com o bem-estar do povo.

DOM AVELAR BRANDÃO:

- Afirmou que havia sinais de diálogo depois de um período de grandes dificuldades (Entrevista a "O ESTADO DE SÃO PAULO" - 19 Ago).

DOM EUGÊNIO SALES

- Foi recebido em audiência pelo Presidente da República e declarou à Imprensa (JB - 6 Ago) que não havia mais nenhum ponto de atrito entre a Igreja e o Estado, acrescentando que o fato de não haver preso na área da Igreja era uma prova disso.

DOM PAULO EVARISTO ARNS:

- Em visita a AMAZÔNIA, manifestou impressão favorável em relação a determinadas iniciativas do Governo naquela área e oficiou a última missa da Páscoa dos Militares, em SÃO PAULO.

Sem se pretender diminuir o aspecto positivo dessas manifestações, cumpre observar, entretanto, que esses pronunciamentos ainda contêm reticências e ambigüidades capazes de confundir aos mais argutos observadores.

Como exemplo, citam-se as declarações de D. EUGÊNIO SALES, acima resumidas e que, praticamente, vinculam as relações Igreja-Estado a eventuais prisões de religiosos.

Como já foi acima mencionado, admite-se que o estabelecimento definitivo de um bom relacionamento entre a Igreja e o Estado dependa mais daquela do que deste.

Até o momento, a ala "progressista", que efetivamente foi a responsável pelo surgimento de incompreensões e, até mesmo, de antagonismos entre as duas partes, não demonstrou que pretenda reformular a sua atuação.

Simultaneamente às declarações favoráveis das autoridades eclesiásticas, as publicações católicas inspiradas pela CNBB (Pastorais, Relatórios, Revistas, Jornais, etc) continuam propagando princípios opostos aos da Revolução e coincidentes com várias teses esposadas pelo Partido da oposição e mesmo pelo PCB.

Assim também, os contatos dos "progressistas" com subversivos e as suas ligações com as entidades que no exterior procuram denegrir a imagem do BRASIL permanecem inalterados.

A esse propósito cumpre destacar alguns fatos importantes e bastante recentes:

- nos dias 26, 27 e 28 Ago, reuniram-se, no RIO, com familiares de terroristas "desaparecidos", D. EVARISTO ARNS, D. HELDER CÂMARA e o Professor CÂNDIDO MENDES, reconhecidamente adversário do regime;
- notícia publicada em "O ESTADO DE SÃO PAULO", de 07 Set 74, dá conta que o Bispo JAMES RAUCH, Secretário-Geral da Conferência dos

Bispos Católicos dos ESTADOS UNIDOS - USCC, viajou incógnito ao BRASIL entre 22 e 29 Ago, a fim de prestar a solidariedade da hierarquia católica Norte-Americana ao Episcopado brasileiro, que luta para maior respeito ao direito do homem. Em meio a outras observações totalmente depreciativas ao BRASIL, a notícia registra que o citado Bispo norte-americano fora convidado a visitar o BRASIL pelo Cardeal Arcebispo de SÃO PAULO, D. PAULO EVARISTO ARNS, sob cuja liderança a Igreja vem se batendo contra a repressão política no BRASIL;

- pelo Documento Igreja e Política, de Jul 74, elaborado pela Comissão Episcopal de Pastoral, a CNBB fixou a posição da Igreja quanto à sua participação na vida política da nação, atribuindo-lhe o direito de intervir em assuntos que dizem respeito ao Estado.

b. Repercussões

As repercussões do diálogo junto a opinião pública em geral, no momento avaliados pelos comentários feitos através dos meios de Comunicação Social, têm sido favoráveis.

Todavia, nas Forças Armadas e no Clero conservador ainda se observa um clima de desconfiança, pois a ala "progressista", que vem dominando a Igreja, não tem dado mostras de aceitar o diálogo sem que o Governo adote uma orientação política em sintonia com os princípios que essa ala defende.

Cabendo às Forças Armadas as principais tarefas de manutenção da Segurança Interna, fácil é compreender-se que a participação de padres em ações subversivas gerou um clima de descontentamento em relação ao clero, ainda mais que a Igreja tem-se negado sistematicamente a reconhecer essas ações, mesmo quando absolutamente comprovadas e vem procurando incompatibilizar os órgãos de segurança com a opinião pública.

O clero conservador, por outro lado, vem se sentindo cada vez mais impotente para influir nos destinos da Igreja e, até mesmo, desprestigiado pelo Governo, por julgar-se ausente dos contatos que se vêm realizando.

A composição da delegação brasileira ao SÍNODO DOS BISPOS, a realizar-se em ROMA, exemplifica claramente o domínio exercido pelos "Progressistas". A delegação reúne D. HELDER CÂMARA, D. EVARISTO ARNS, D. IVO LORSCHEITER, D. AVELAR BRANDÃO e D. WALDREDO BERNARDO TEPE, contumazes expoentes da contestação aos governos revolucionários.

Recorda-se que, por ocasião da eleição desses representantes, D. VICENTE SCHERER, Cardeal Arcebispo de PORTO ALEGRE, foi vítima de torpe manobra que visava a eliminá-lo da representação brasileira, o que teria motivado uma decisão pessoal do Papa PAULO VI, determinando a inclusão de D. SCHERER.

A tentativa de publicação da matéria abaixo (vetada pela censura) no jornal "O SÃO PAULO", órgão da Arquidiocese de SÃO PAULO, em 17 Ago 74, expressa bem a linha política que vem sendo seguida pelo clero dito progressista:

"Uma vez que estamos citando fatos tão decisivos em favor da atuação da mulher e por isso mesmo, da Religiosa, acrescentamos mais uma palavra. Desta vez será a palavra de um dos mais famigerados revolucionários dos tempos modernos, que afirma, sem rebuços: "A experiência de todos os movimentos libertadores atesta que o êxito da revolução depende do grau de participação das mulheres. (LENINE)"

ESTIMATIVA

Estima-se que, na atual conjuntura, independente da melhoria do relacionamento entre as personalidades da Igreja e do Estado, que se faz notar, a obtenção de resultados positivos e duradouros ao diálogo depende das seguintes hipóteses:

- da ala "progressita" abandonar a linha de contestação o que, no momento, se admite como pouco provável;
- do clero conservador se fortalecer, particularmente no seio da CNBB, provocando a adoção de nova orientação por parte da Igreja Católica no BRASIL, o que se considera, porém, inviável a curto prazo.

* * *

AGÊNCIA MANAUS

1) Pronunciamentos

Conforme foi dito no início do presente trabalho, é pouco frequente, nesta área, a divulgação de pronunciamentos de importância. No entanto, recentemente, D. MILTON CORRÊA PEREIRA, Arcebispo Coadjutor de MANAUS, em declarações prestadas ao "JORNAL DO COMÉRCIO" desta capital, edição de 21 Ago 74, a propósito de cremação de cadáveres, mostra-se favorável à medida do governo, deixando transparecer uma mudança de atitude, agora mais receptiva às iniciativas oficiais.

Por outro lado, embora não tenha sido publicado na área, sabe-se que após sua última viagem ao AMAZONAS, onde esteve visitando um grupo de religiosos que aqui instalou, D. EVARISTO ARNS, Cardeal Arcebispo de SÃO PAULO, manifestou impressão favorável em relação a determinadas iniciativas do governo neste Estado.

2) No momento não há nas Unidades Federativas abrangidas por esta Agência, áreas de atrito, entre o Governo e a Igreja, que mereçam maior cuidado mesmo levando-se em conta que tais atritos nunca foram muito sérios nesta região, achamos que as iniciativas das cúpulas governamental e religiosa, trocando visitas, dialogando e dando publicidade do mútuo interesse de cooperação, contribuiram, na área, para eliminar parte dos antagonismos surgidos anteriormente. Apesar disso, ainda há remanescentes de elementos religiosos interessados em manter uma situação de tensão com o Governo.

Reconhecem, os ministros da Igreja, que o diálogo mantido agora, em tom mais amistoso, deve prosperar em razão da simpatia que o Governo dispensa ao assunto. A aproximação vem sendo tentada pelos altos escalões e deixa transparecer a intenção de um resultado satisfatório. E, como diz D. Eugênio Sales, "o entendimento já existe. Restaria, nas relações Igreja-Estado, alargar a faixa de cooperação".

A Igreja na área, atualmente, está unida em torno das linhas prioritárias da "Pastoral da Amazônia", voltada para a criação de Comunidades de Base e para a ação social contra as injustiças, de um modo geral, talvez por isso não tenha havido pronunciamentos a respeito do Diálogo em questão.

AGÊNCIA FORTALEZA

1) Resultados concretos do diálogo.

- O relacionamento atual entre Governo e Igreja vem merecendo por parte de destacadas figuras do clero católico referências bastante abonadoras. Neste particular ressaltam-se pronunciamentos, tornados a público, realizados por D. JOSÉ NEWTON DE ALMEIDA BAPTISTA, Arcebispo de BRASÍLIA, D. EUGÊNIO SALES, Cardeal - Arcebispo do RIO DE JANEIRO, e D. AVELAR BRANDÃO VILELA Cardeal Primaz da BAHIA.

- Mesmo entre representantes do clero dito "progressista" observou-se ultimamente uma maior aproximação com autoridades governamentais. Ressalte-se neste sentido a participação de D. EVARISTO ARNS Arcebispo de SÃO PAULO e D. ALOÍSIO LORSCHEIDER, Arcebispo de FORTALEZA nas festividades que associaram o Dia do Soldado com a Páscoa dos Militares.

- Ainda, na Área desta Agência, o Arcebispo D. ALOÍSIO LORSCHEIDER, atual Presidente da CNBB, comparece pessoalmente e prestigia solenidades de inauguração de quartel, transmissão de cargos em órgãos de segurança (DPF) e em outras solenidades oficiais, anteriormente sempre evitadas, quando não criticadas por seguidores da linha progressista. Merece menção, também, a atitude de equilíbrio e o procedimento moderado do Presidente da CNBB quando em visita aos presos subversivos do Instituto Penal PAULO SARASATE que se encontravam em greve de fome.

- No tocante aos elementos "progressistas" mais radicais da hierarquia católica da Área desta AR, tais como D. ANTÔNIO FRAGOSO, Bispo de CRATEÚS/CE, D. HÉLIO CAMPOS, Bispo de VIANA/MA, Arcebispo JOÃO JOSÉ DA MOTA E ALBUQUERQUE, de SÃO LUÍS/MA e D. EDMILSON CRUZ, Bispo Auxiliar de FORTALEZA, não tem sido observado nos últimos meses atitudes e procedimentos de crítica ao Governo; tão pouco não foram constatados pronunciamentos desses prelados referentes ao relacionamento Governo e Igreja. Verifica-se, entretanto, que continuam,

embora de forma menos ostensiva, a prosseguir no seu trabalho de "conscientização" e proselitismo em suas respectivas Dioceses.

2) Repercussão em setores da opinião pública.

- Os meios católicos conservadores encaram com certo ceticismo a chamada reaproximação da Igreja e Governo. Consideram-na mais, como uma fórmula transitória capaz de resguardar confrontações e atritos mais diretos do que efetivamente um diálogo capaz de disciplinar a linha de conduta dos elementos mais radicais do clero esquerdista, eliminando assim futuros desentendimentos.

- Os meios católicos "progressistas", por outro lado parecem admitir esta aproximação até um limite onde não haja interferência ou condicionamento aos seus propósitos de intromissão no campo temporal e na vida política do País. Ponte ligada a D. ALOÍSIO LORSCHEIDER declara que o Arcebispo de FORTALEZA se mantem em atitude de expectativa para melhor definir a sua posição.

- Os setores esquerdistas da opinião pública da Área procuram interpretar o reinício do "diálogo" como uma consequencia da "sensibilidade política dos novos dirigentes do País e a conhecida transigência da cúpula eclesiástica" da Igreja Católica no BRASIL. Deixam também antever que a "evolução benéfica do entendimento" é decorrente da cessação de prisões de freiras e padres sob acusação de atividades subversivas.

AGÊNCIA RECIFE

AGÊNCIA SALVADOR

1) - Resultados Concretos do Diálogo:

Até o presente momento, foram assinalados os seguintes resultados concretos do diálogo entre Governo e Igreja:

- Diminuição das atividades ostensivas de contestação ao regime da parte do chamado clero "progressista".
- Crédito de confiança no governo Geisel e disposição de aceitar o diálogo por parte dos conservadores e "pastoralistas"
- Críticas veladas ao Governo Médici, da parte dos "pastoralistas" e "progressistas", acusando-o do estremecimento das relações Igreja-Estado e isolamento do Clero.
- Esforço em demonstrar o prestígio da Igreja, com insinuações de que a iniciativa do diálogo partiu do Governo e que o / mesmo somente será produtivo mediante a aceitação de condições mínimas apresentadas pela Igreja.
- Apreensão do setor conservador extremado, que não julga viável e/ou benéfico o diálogo com os "progressistas".
- Ceticismo do clero "progressista" quanto aos resultados do diálogo, por considerar irreconciliáveis os propósitos do / "modelo brasileiro", representado pelo Governo, com os da / Igreja, segundo a sua concepção.
- Clima de geral expectativa na opinião pública em geral e, em particular, nas lideranças políticas e em todos os setores da Igreja Católica, quanto ao desdobramento do processo.

2) - Pronunciamentos de Representantes do Clero, especialmente da chamada "tendência progressista":

Coerentes com o clima de expectativa geral que vem cercando o assunto, os membros do Clero, de uma maneira geral, têm se mantido cautelosos e reticentes em seus pronunciamentos.

O Cardeal D.AVELAR BRANDÃO VILELA, Arcebispo de SALVADOR/BA e Primaz do BRASIL, homem de grande prestígio na Igreja Católica, de tendência "pastoralista", declarou em entrevista ao / "Jornal da Bahia" de 23 Mar 74, "prever um bom relacionamento entre a Igreja e o Estado no governo do Presidente GEISEL". Ao receber o título de "Cidadão do Salvador", D.AVELAR pronunciou importante discurso, de improviso, (posteriormente publicado em "A Tarde" com base em notas taquigráficas), onde confirma a sua condição de "pastoralista", faz críticas sutis /

nos incidentes em que esteve envolvido e conclama todos à união, dando ao trabalho o título "Somos Irmãos! Uma Família Só!"(Anexo Nº 12).As principais idéias são as seguintes:

- O título chega às suas mãos amadurecido pelo tempo,na hora certa,numa hora de convergência,de compreensão e de amor,confirmado pela convergência dos afetos e das opiniões.Se notasse que havia qualquer constrangimento na concessão da honraria,ele / pediria para deixar amadurecer a homenagem para a Hora certa.
- "Sou fácil e posso ser difícil de ser compreendido.
- Sinto-me,acima de tudo e sobre tudo,um Pastor.Não sou outra coisa.Não quero ser outra coisa.Um Pastor que tenta interpretar o Evangelho segundo as necessidades e aspirações de seu tempo.
- O Cristo da salvação cuidou primordialmente da alma.O Cristo da salvação cuidou também do corpo.O desenvolvimento integral é preocupação de todos nós.Não aceitamos que o homem seja reduzido a uma dimensão puramente materialista.Estamos certos de que,além dos valores econômicos e sociais,convivem com o homem valores éticos e valores espirituais transcendentais.
- O homem passa e a humanidade continua.E é por isso que somos contra todos os radicalismos,quaisquer que eles sejam,porque toda posição radical levanta muralhas psicológicas,emocionais, que impedem a comunicação e o intercâmbio das idéias e dos valores também.(Palmas).
- Somos pela harmonia social.Somos pela integração social.E a / integração social não é apenas uma posição de perspectiva à distância,não é apenas "deixar para depois",simplesmente.A integração social é planejamento também global,em etapas de curto e longo prazo,mas etapas definidas,que suscitem no coração do / povo a esperança de viver.Somos Irmãos! Uma família Só! E por sermos uma família só,nós participamos do mesmo banquete da vida e das mesmas riquezas do Pai!
- Sou um homem feliz porque sempre tudo do bom a Providência me tem outorgado.(Palmas).Só alguns espinhos que às vezes me chegam também.Apenas dizem que as flores existem,simplesmente.
- Quero ser amigo de todos,sem distinção.SEM DISTINÇÃO.

- Não sou nem nosso ser uma personalidade amorfa.Seria indigno de mim mesmo.Não sou um homem sem filosofia.Absolutamente não! Sou um homem que escolheu p seu caminho,mas no caminho por onde passo,existem aberturas para todos os lados.É então aí que nos encontramos com tudo e com todos,sem deixarmos de ser o que somos."

-"Não sou homem de dizer o que não penso nem o que não sinto.Procuro entender a todos,todos que pensam ou sentem diferentemente de mim.Mas faço questão de SER FIEL A MIM MESMO,porque o homem que não é fiel a si mesmo já não é bem um ser humano.É um homem desnaturado."

A Revista "Veja",edição de 14 Ago 74,página 24,publicou que D.AVELAR teria declarado para 60 frades franciscanos reunidos em Congresso,em / SALVADOR,que "havia possibilidade de se estabelecer um diálogo franco e construtivo com o Governo" e que teria lembrado a conveniência de se evitarem "arrancadas violentas porque estamos apenas diante de sinais".No / dia 14 Ago 74,D.AVELAR BRANDÃO remeteu um cartão ao Cmt da 6ª RM,informando que houve uma deformação de seu pensamento por parte da revista: " É quando fala em "arrancada violenta" que eu acharia inconveniente,agora.Isto poderia supor que eu adote o caminho da violência,o que seria ridículo.Eu condenei arrancadas violentas,dizendo que aquilo que muitos julgam autenticidade pode ser antes ingenuidade."(Anexos Nºs 13a 18

D. LUCIANO CABRAL DUARTE,Arcebispo de ARACAJU/SE,igualmente de tendência "pastoralista",vem mantendo uma atitude de expectativa e tem evitado pronunciamentos públicos sobre o assunto.

A opinião da corrente "progressista" do clero,na área,pode ser aquilatada através dos "Cadernos do CEAS",órgão do "Centro de Estudos e Ação Social - CEAS",que congrega religiosos dessa tendência,principalmente jesuítas italianos e profissionais liberais,insatisfeitos com o regime atual.

Na revista "Cadernos do CEAS" de Nº 30 (Março-Abril 74),no editorial intitulado "GOVERNO GEISEL: PERSPECTIVAS" consta o seguinte:"As reivindicações que setores independentes ou de oposição institucional fazem,não mudaram substancialmente ante o novo governo." Citando o jornal "O São Paulo" como órgão "representante de uma diocese de linha politi-

camente moderada na Igreja brasileira ",declara que"as relações entre Igreja e Estado teriam piorado" e endossa as razões apontadas pelo jornal paulista como responsáveis pelo deterioramento dessas relações:"Os empecilhos à entrada de missionários no país,a expulsão de sacerdotes e líderes do laicato,as desfeitas ao Cardeal Primaz,o silêncio imposto à Rádio Nove de Julho,os desencontros entre FUNAI e o Conselho Missionário Indigenista,o veto oposto ao Estatuto do Índio à presença e ação entre primitivos das missões religiosas." (Anexo Nº 7).

A ASV/SNI,que vem acompanhando as atividades do CEAS e analisando cuidadosamente os "Cadernos do CEAS",tendo formulado um conceito sobre esse grupo "progressista",entende da maneira seguinte a sua posição / face o diálogo Igreja-Estado,com base nos trabalhos publicados:

O ceticismo dos elementos do CEAS,quanto ao êxito do Diálogo, decorre da sua concepção do chamado "modelo brasileiro":um tipo de capitalismo dependente do exterior,associado a grupos econômicos nacionais,beneficiários do sistema,que tem como suporte / as Forças Armadas e vem beneficiando uma minoria,em detrimento do grosso da população.Acreditam que não haverá mudanças provocadas voluntariamente pelo sistema e,se essas vierem a ocorrer, serão lentas e graduais,impostas por razões externas ao "modelo", como alterações na conjuntura internacional,declínio do crescimento econômico face a inflação ou melhor estruturação das oposições.A crise mundial e a elevação da inflação ainda poderão / servir de pretexto para a manutenção do status quo,evitando o afrouxamento salarial e da política sindical,uma vez que os beneficiários do regime não abrirão não,espontâneamente,dos grandes lucros que vêm auferindo até então.Como a corrente "progressista" do clero,de que faz parte o pessoal do CEAS,vem pugnando exatamente por alterações profundas no "modelo brasileiro",no / sentido de maior "justiça social"(críticas ao achatamento salarial,ao rápido enriquecimento de minorias privilegiadas e gritantes disparidades regionais),de maior "liberdade"(críticas às eleições indiretas,a cassação de mandatos e equilíbrio dos poderes)e "atuação política da Igreja",tudo isso visando melhor distribui-

ção de renda e melhores condições de vida para os assalariados e menos favorecidos,o acordo entre a Igreja e o Governo,representado pelo sistema ou "modelo brasileiro" é impossível,por defenderem valores diversos e possuirem objetivos incompatíveis.Assim, o diálogo vem sendo encarado ceticamente,como uma manobra estratégica do Governo,visando melhorar a sua imagem no exterior,com duração efêmera,face ao inevitável "endurecimento" que virá em seguida,de que há os exemplos dos governos CASTELO BRANCO e COSTA E SILVA. (Anexos Nºs 7 e 8).

Em SERGIPE,D.JOSÉ BRANDÃO DE CASTRO,Bispo de PROPRIÁ e um dos líderes "progressistas" da área vem mantendo a mesma atitude de inconformismo ante o regime,inclusive fazendo seguidos elogios a D.HELDER CÂMARA,no jornal de sua Diocese," A Defesa".

3) - Repercussão do Diálogo em setores da opinião pública,especialmente nos meios católicos conservadores e progressistas:

O Diálogo Igreja-Estado somente agora começa a despertar interesse na opinião pública,sendo os comentários favoráveis à medida. O jornal "A TARDE",de tendência conservadora e de maior prestígio em SALVADOR/BA é o único órgão a dar destaque ao assunto.O referido vespertino publicou artigos dos Srs CARLOS CASTELO BRANCO e / GUSTAVO CORÇÃO,ambos seus colaboradores,despertando no público manifestações de apoio ou de crítica,segundo a tendência de cada leitor.Embora seja um jornal de tendência moderada,"A Tarde" vem publicando sistematicamente cartas dos leitores combatendo os excessos de liberalização da Igreja Católica e as atitudes do clero progressista,como a introdução de cânticos de umbanda na liturgia católica,sem dar guarida a opiniões de apoio à tendência progressista.O "Jornal da Bahia" e a "Tribuna da Bahia",ambos de tendência liberal e "avançada" têm se omitido de analisar o diálogo Igreja-Estado,bem como o debate de opiniões religiosas.(Anexos Nºs 19 a 23).

AGÊNCIA BELO HORIZONTE

a. Considerações preliminares :

1) O pensamento da Igreja Católica pode ser conhecido nesta área através dos maiores órgãos de divulgação editados por entidades religiosas.

a) O jornal "O LUTADOR", de propriedade do Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora, com sede em BELO HORIZONTE-MG, tem uma tiragem de 25.000 exemplares e segue a linha de conduta adotada por Dom JOÃO REZENDE COSTA e Dom SERAFIM FERNANDES DE ARAÚJO, tidos como de tendência progressista.

b) O jornal "LAR CATÓLICO", de propriedade da empresa Sociedade Propagadora Esdeva" controlada pela Congregação do Verbo Divino, com sede em JUIZ DE FORA-MG, com tiragem de 40.000 exemplares, vem sofrendo influência da Arquidiocese de SÃO PAULO-SP, em particular de Dom PAULO EVARISTO ARNS.

2) Na edição de 30 Dez 73, de "O LUTADOR" (ANEXO C), o Pe. PASCHOAL RANGEL fez uma análise das relações (o articulista as denominou de conflito) Estado-Igreja, salientando os seguintes aspectos:

a) Que não se atenuaram as divergências entre o Estado e a Igreja, mas existe um "conflito" que permanece apenas abafado. A afirmação se baseia no episódio da comenda com Dom AVELAR BRANDÃO VILELA; no fechamento da Rádio Nove de Julho em SÃO PAULO-SP; em algumas declarações individuais do episcopado paulista; no documento divulgado pelos Bispos do Nordeste; no documento dos Bispos do Centro Oeste: "Marginalização de um Povo ou Grito das Igrejas".

b) Que o Governo vem evitando o estremecimento das relações com a Igreja, sem contudo abster-se da medidas contrárias aos interesses de organismos religiosos. Como exemplo, dessa atitude governamental, aquele jornal citao silêncio dos órgãos governamentais após as medidas contra imprensa e emissoras católicas e a absolvição de religiosos envolvidos em processo contra a segurança nacional.

c) O articulista assim conclui sua análise: "Há, porém, um ponto em que os bispos em geral não aceitam o Governo: é o frequente desrespeito à dignidade da pessoa humana presa, torturada, desmoralizada, sem possibilidades de defesa. Tu-

do parece indicar que tais desrespeitos se praticam em nível de subalternos, mas parece também que as autoridades maiores não têm sabido ou não têm querido coibir tais abusos. Fora disso, uma grande parte reconhece os muitos esforços realizados pelo Governo no sentido do desenvolvimento. Assim, vão se reduzindo as áreas de tensão. Abertura, presença, cuidados doutrinais e tolerância teológica, vigilância e não-submissão face ao governo, mas desejo de colaborar com o que de bom o Governo faça, - aí estão, se não me engano, as linhas de força da vida e ação da Igreja em 1973".

3) Deve-se ressaltar que o artigo acima citado, do Padre PASCHOAL RANGEL, teve boa aceitação junto ao clero da área, sendo transcrito em outras publicações religiosas, inclusive no jornal "O LAR CATÓLICO".

b. Diálogo entre governo e setores da Igreja Católica

1) O diálogo entre Governo e Igreja Católica vem tendo pouca repercussão nesta área. Argumentam elementos do clero que o Governo não tendo imposto quaisquer restrições às entidades e aos religiosos radicados em MG, as relações entre ambos permanecem assim inalteradas e normais.

2) Entretanto, nota-se que os jornais já mencionados, "LAR CATÓLICO" e "O LUTADOR", reconhecendo que houve período de "incompreensão", "desentendimentos", "conflitos" entre Estado e Igreja, enfatizam que "depois de um tempo de incompreensão, vemos que as relações entre Igreja e Estado estão chegando a um ponto correto e a um diálogo construtivo" (Lar Católico, edição de 01 Set 74) e que "a difusão duma mesma mensagem de paz e amor, como a que a Igreja patrocina, tem suscitado casos bastante tristes em que a Igreja e Estado se desentendem ligeiramente. De tudo isto Dom AGNELO está, mais do que nós, ciente. O que deveras ele pretende é evitar se repitam choques dessa natureza, e aplainar o caminho para que embora separados, o clima de compreensão mútua volte a reinar Igreja e Estado, em benefício do próprio País". (O LUTADOR, edição de 21 Jul 74). (ANEXO D) Pág. 1. de LC e Pág. 10 de "O LUTADOR".

3) Assinala-se ainda que o jornal "Estado de Minas", de 27 Ago, transcreveu declarações do Senador FRANCO MONTORO durante a Convenção Regional do MDB realizada em BH, a 25 Ago 74, quando aquele parlamentar reconheceu a existência de "aproximação do Governo com a Igreja".

c. Repercussão nos meios católicos conservadores

Sobre o diálogo iniciado entre o Governo e setores da Igreja Católica, Dom GERALDO DE PROENÇA SIGAUD, conhecido por sua tendência conservadora, emitiu as seguintes opiniões:

1) Que nos encontros pastorais de que tem participado, tem sentido haver boa receptividade às iniciativas, tanto do Governo como dos altos dignatários da religião católica, visando criar um clima de harmonia e compreensão entre Estado e Igreja.

2) Que antes da posse do General GEISEL como Presidente da República e nos primeiros meses de seu mandato, alguns prelados se mostraram apreensivos com a possibilidade de se agravarem as divergências, então existentes, entre Estado e Igreja Católica, baseados no fato de ser aquela autoridade protestante. Diz se que tranquilizou os bispos com os quais conversou, mostrando-lhes que "o Presidente GEISEL pertence à Seita Luterana de origem alemã, que tem atuação moderada e tolerante com relação às outras religiões ao contrário da Seita Luterana de origem norte-americana que é radical e as ações de seus adeptos realmente merecem maiores cuidados da Igreja Católica Apostólica Romana".

3) Que uma parcela insignificante e sem expressão do clero prefere desconhecer a existência do diálogo, pois, somente admite o monólogo, isto é, que suas idéias e seus conceitos prevaleçam, mesmo quando contrários à ordem e às instituições.

4) Que pessoalmente considera válido e positivo o esforço do Governo no sentido de promover uma maior aproximação com a Igreja. Que se oferece para conceder uma entrevista, ou escrever um artigo, sobre o assunto em pauta, para ser publicado pela imprensa, desde que a providência seja considerada conveniente e oportuna, por quem de direito.

5) Concluiu mencionando os artigos já citados e publicados recentemente nos jornais "O LUTADOR" e "LAR CATÓLICO", considerados por ele como uma "grande conquista" daqueles que estão promovendo o diálogo. A tiragem dos referidos jornais (Lar Católico 40.000 e O Lutador 25.000) é suficiente para mostrar a penetração que os mesmos têm, especialmente nas cidades do interior do Estado, e a influência que a matéria teve junto à opinião pública.

d. Pelo exame dos dados obtidos sobre as relações Estado-Igreja, nota-se que o quadro modificou-se sensivelmente, constituindo exemplo o artigo publicado no jornal "O LUTADOR", um em 30 Dez 73, e o outro após o início do diálogo, em 21 Jul 74.

NÚCLEO DA AGÊNCIA GOIÂNIA

1) Em GOIÁS, D. FERNANDO GOMES DOS SANTOS, Arcebispo Metropolitano, retraiu-se em seus ataques ao Governo, após a posse do General ERNESTO GEISEL, entretanto, continua dando todo apoio e prestígio aos Bispos e padres da ala "vermelha", que pregam a transformação da sociedade e a supressão do capitalismo. As publicações da Arquidiocese e das paróquias continuam no mesmo diapasão anterior.
2) Os meios católicos chamados "progressistas" estão descontentes com o que consideram covardia da cúpula da Igreja Católica em permitir perseguições a cristãos pelo Governo. Citam o caso do Padre FRANÇOIS JACQUES JENTEL que alegam foi expulso do País, num acordo entre Governo Federal e a alta hierarquia católica.
3) Os meios católicos chamados conservadores consideram que a Igreja está infiltrada por padres que se esquecem de seus deveres espirituais, e acham que o Governo Federal não deve fazer concessões a este grupo que se auto-intitulou de "progressista". Alguns dos opinantes afirmam que o grupo "progressista" inclusive está desmoralizando a Igreja, com diversos casos de procedimentos pessoais reprováveis, inclusive no que tange aos deveres canônicos de castidade.

AGÊNCIA CAMPO GRANDE

- Não constatados na área resultados concretos do diálogo. Não há conhecimento, até o momento, de pronunciamentos de representantes do clero, especialmente da linha "progressista". Nos meios católicos conservadores da Igreja, em particular, e na opinião pública, em geral, a repercussão foi favorável.

AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

Os aspectos relativos ao diálogo que vem se desenvolvendo entre o Governo e a Igreja têm sido divulgados, basicamente, através da imprensa escrita, onde jornalistas vêm exteriorizando as suas opiniões a respeito do assunto, constituindo-se, atualmente, na única fonte capaz de influenciar a opinião pública. No entendimento de determinados setores da imprensa, essa aproximação constitui uma das peças do mosaico de interesses do Governo empenhado numa nova estratégica política que visa a um "gradual aperfeiçoamento da democracia", posição esta que alguns setores vêm rotulando como: DISTENSÃO, REDEMOCRATIZAÇÃO, INSTITUCIONALIZAÇÃO, DESCOMPRESSÃO, GRADUALISMO, ABERTURA, etc. A par da disposição de estreitar o diálogo com setores da Igreja, alguns analistas vêm apontando outros aspectos que consideram como caracterizadores dessa nova política adotada pelo Governo, tais como: censura mais flexível; tranqüilidade com respeito à discussão de temas até então considerados inconvenientes ao debate público por ocasião da V Conferência Nacional dos Advogados; disposição do Governo em punir qualquer processo de violência contra a pessoa humana (apuração da morte de dois rapazes na Baixada Fluminense), etc, e no campo das relações internacionais; implantação de embaixadas em países socialistas; reconhecimento imediato da Guiné-Bissau e mais recentemente, o estabelecimento de relações diplomáticas com a China Comunista e consequente rompimento com Taipé, tudo com base na filosofia do ecumenismo e dos conceitos pragmáticos preconizados pelo Presidente da República.

Um exame dos resultados concretos do diálogo, que se diz iniciado entre o Governo atual e setores da Igreja Católica, não pode ignorar os esforços, no mesmo sentido, verificados no Governo anterior, se se pretender uma completa avaliação do problema. A bem da verdade, desde 1970, vem esse diálogo se processando, conquanto, a partir dos primórdios da posse do Presidente Geisel, tenha adquirido nova fisionomia. No Governo Médici, o diálogo restringiu-se às Bipartites, de caráter secreto, que se prolongam, em reuniões periódicas, até os dias atuais. Já foram realizadas 24 dessas reuniões: 1, no final de 70, 6 em 1971, 6 em 1972, 8 em 1973 e 3, neste ano (a última, em Ago).

No que respeita especificamente ao diálogo Governo-Igreja, o público leitor vem tomando conhecimento do esforço empreendido pelo Governo no sentido de melhorar esse relacionamento.

Além do comparecimento do próprio Presidente da República prestigiando atos de cunho religioso (Dia do Papa e inauguração da sede da Nunciatura Apostólica) e recebendo em audiência especial o Cardeal Eugênio Salles, há que se registrar, como fato de grande alcance, além da entrega de títulos honoríficos a D. Carmine Rocco e D. Avelar Vilella, a celebração da Páscoa dos Militares em São Paulo pelo Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, merecendo destaque a grande fotografia estampada na primeira página do "Jornal do Brasil" (edição de 23 Ago 74), onde aparecem o Comandante do II Exército e o Cardeal de São Paulo. Naquela oportunidade, D. Evaristo Arns salientou a necessidade da busca da "responsabilidade, a coesão e a dignidade humana, não esquecendo os direitos humanos".

Todos esses acontecimentos foram bastante divulgados pela imprensa, tendo sido objeto de editoriais e pronunciamentos, como os abaixo relacionados:

- JB, 20/6 - Editorial "Igreja e Governo" - comenta encontros havidos em SP entre o Cardeal D. Paulo Evaristo Arns e o Comandante do II Exército: "conforta verificar que uma das mais importantes manifestações em prol do relacionamento digno e correto, tão caro aos ideais fraternos da sociedade brasileira, vem justamente de uma das áreas mais sensíveis, onde persistem problemas exacerbados, em grande parte, por excessos de conduta... neste quadro propício, autoridades eclesiásticas e governamentais estarão em condições de reforçar, em suas respectivas áreas de atuação, o princípio da hierarquia, que é a premissa do princípio da autoridade";
- JB, 10/7 - Editorial "Diálogo em Evolução" - comenta a visita do Cardeal Agnelo Rossi, reconhecendo a existência de "uma atmosfera renovadora do entendimento, dentro da qual será possível discutir problemas delicados de direitos humanos e do

bem estar ...". O editorial considera que Igreja e Estado têm objetivos idênticos, embora possa haver divergências naturais. Acha que a colaboração da Igreja é útil, no campo temporal, na Política de pê maísculo e conclui: "nesse debate posto recentemente em pauta, é preciso que a comunidade se faça ouvir através de seus órgãos intermediários, entre os quais ressalta a Igreja".

- D. Agnelo Rossi, no GL, 18/7 - "é bastante útil o diálogo entre a Igreja e o Governo no Brasil, no sentido de coordenarem esforços para a promoção do homem, a evangelização dos índios e especialmente a atender à população da Amazônia". Entretanto, acrescentou: "o importante é ver que, no Brasil, quem defende os interesses dos trabalhadores e os direitos humanos é a Igreja, enquanto nos demais países esses atribuições são da competência dos sindicatos e dos partidos políticos". (o grifo é nosso).

- Hélio Fernandes, na TI, 31/7 - "Depois da visita do Cardeal D. Agnelo Rossi ao Presidente Geisel, houve um progresso muito grande nas relações Igreja-Governo. Sabe-se desde já que os bispos nordestinos enviarão sugestões para o II Plano Nacional de Desenvolvimento. Aliás, quando o Governo estudava os problemas do campo e elaborava o programa que ficaria conhecido como PROTERRA, as melhores sugestões vieram da Igreja, por intermédio de D. Avelar Brandão. Agora, as relações Igreja-Governo se recuperam, o que é motivo de satisfação geral".

- D. Eugênio Salles, no JB, 06/8 - "não existe mais nenhum ponto de atrito entre a Igreja e o Estado ... não há presos na área da Igreja". "... e isto se deve tanto à Igreja quanto ao Governo, que estão em permanente colaboração en benefício do

povo brasileiro. Esta boa vontade levou o país a um clima de bastante paz".

- Jornalista Carlos Castello Branco, no JB, 11/8 - faz longo retrospecto das relações entre a Igreja e o Estado, desde os dias que antecederam a Revolução até hoje e sob o título "Os primeiros sinais de paz" conclui que "como a censura de imprensa impede o acesso a fontes de informação, não se pode medir o êxito das gestões dos grandes da Igreja junto aos grandes do Poder. Na hierarquia católica, os sinais de pacificação tornaram-se evidentes, como se deduz da simples suspensão da estúpida proibição de dar ao Arcebispo Primaz do Brasil e Cardeal da Bahia, D. Avelar Brandão, o título de Cidadão Honorário de Salvador. Os contatos entre autoridades do Estado e da Igreja vão se multiplicando. Sabe-se que a normalização da política repressiva é um dos objetivos do Governo e nessa permitiria que daqui por diante, se evitem excessos e se respeitem direitos e prerrogativas que de há muito vinham sendo postos de lado. Se tal ocorrer, a Igreja terá contribuído, pela atitude conciliatória de seus chefes, para o reingresso do país num Estado de Direito, objetivo e meta do Chefe do Estado, a quem se atribui o propósito de dar à Revolução de 1964, sua verdadeira dimensão política".

De uma maneira geral, a imprensa vem emprestando seu total e entusiástico apoio às medidas de "distensão" empreendidas pelo Governo central. Dentro desse quadro geral, vale citar a posição adotada pelo jornalista Gustavo Corção (o Globo) que se propôs a policiar as declarações de outros jornalistas sobre a reconciliação Governo-Igreja, em especial quanto a Carlos Castello Branco (Jornal do Brasil), que tem se ocupado em analisar o problema.

No entender de Gustavo Corção, os esquerdistas infiltrados na imprensa estão tentando influenciar o Governo procurando con

duzí-lo a um processo de "capitulação e desonra" e a que deram o nome de "distensão ou abertura", e mais, que esses jornalistas vêm se aproveitando para disseminar idéias "tipicamente do repertório marxista" dando a habilidosa impressão de que falam com bom respaldo dos próprios dirigentes do país.

Em seu artigo intitulado "Igreja e Estado" (GL, 15 Ago 74), Corção analisa criticamente o artigo sob esse mesmo título de autoria de Castello Branco e publicado no Caderno Especial do "Jornal do Brasil", onde encontramos as seguintes considerações:

> "... o Sr Castello Branco desce ao linguajar dos marxistas sem ser marxista, e chama de aparente desgoverno a anarquia total trazida pelo João Goulart de triste memória".
>
> "... termina tentando lançar o Governo Geisel contra seus ilustres antecessores, nestas palavras aladas: Sabe-se que a normalização da política repressiva é um dos objetivos do Governo, e isso permitiria que daqui por diante se evitem excessos e se respeitem direitos e prerrogativas que de há muito vinham sendo postos de lado. Se tal ocorrer, a Igreja terá concorrido, pela atitude conciliatória dos seus chefes..."
>
> "... ele nos fala em tempos de bonança entre os progressistas, que ele chama Igreja e Estado, no momento em que, por indicação da CNBB, por consentimento do Núncio, essa gente chamada Igreja, por carismática proclamação do Sr Castello Branco, acaba de agredir os brios dos brasileiros e de esbofetear o Governo do Brasil. Refiro-me à indicação do Sr Helder Câmara como representante do Brasil para o próximo Sínodo a ser realizado em setembro próximo em Roma ... notoriamente antibrasileiro, e difamador oficial, com diploma do PC, dos governos que salvaram o Brasil da podridão do Século".

Sob o título "Distensão e Capitulação" (GL, 22 Ago 74), Gustavo Corção analisa outro artigo de Castello Branco sobre o tema Governo-Igreja, e logo de início declara-se preocupado e aflito "por temer que alguns de nossos dirigentes o tomem como sábia interpretação de conjuntura". Nesse artigo, Corção faz uma série de considerações sobre o assunto, merecendo transcrição os seguintes trechos:

"... É falsa, falsíssima, a idéia, ou pseudo-idéia, que o colunista do JB, com habilidade de mágico, inculca a seus leitores: refiro-me à idéia de que o lado da subversão tenha mostrado sinais, não digo de aproximação que, essa, não merecia apreço, mas de conversão que, essa, não existe".

"... Reclamo ainda aqui a excessiva familiaridade do jornalista com setores do Governo, e a precausão que teve de não proporcionar um só exemplo de sua tese. Por outro lado, não vejo alusão a nenhum movimento de conciliação vindo dessa Igreja a que se converteu o Sr Castello Branco. Ao contrário, parece-me evidentíssimo que setores da Igreja progressista, em vez de tentativas de conciliação, acabam de exibir ao mundo uma espetacular afronta ao Governo brasileiro. Refiro-me como logo se vê, à intolerável indicação do nome de D. Pelder Câmara para representar o Brasil no próximo Sínodo dos Bispos".

"... Esta afronta foi feita exatamente com a idéia de apalpar o terreno, a verificar se os contos espalhados pelo JB têm fundamentos, isto é, para verificar se há visíveis sinais de amolecimento, de capitulação, que recomendem uma escalada de afrontas até a vitória final dos inimigos do gênero humano".

- Coluna do Castello, JB, 24/8 - "A fotografia, lado a lado, do General Comandante do II Exército e do Arcebispo de São Paulo, no altar aos pés do qual 4 mil oficiais haviam ido à Páscoa coletiva, traduz e simboliza a mudança de atitude do Governo em relação à Igreja, que se supõe representada por sua alta hierarquia. Ela (mudança de atitude) pressupõe, da parte do Governo, uma revisão de táticas e métodos ostensivamente condenados pela Igreja e que foram, ao longo dos últimos anos, a fonte declarada dos conflitos que distanciaram a Igreja da Revolução.

  A Igreja passou, por sua vez, da atitude de expectativa para a de confiança, num entendimento crescente que deve ser tomado como sintoma de que alterações se efetivaram de modo a permitir a indispensável convivência do Governo de uma Nação católica com os representantes de sua I-

- Gustavo Corção, no GL, 24/8 - "quando o padre deixa de ser padre e de se ocupar da salvação das almas para o céu, e de restauração da ordem de caridade para o céu e para a terra, torna-se inválido o magistral paralelo de Donoso Cortés entre o soldado e o padre. E torna-se evidentíssimamente desaconselhável e impatriótica qualquer política de "distensão" e de aproximação. A não ser que os soldados se tornem também falsos soldados que, em aliança com os falsos padres queiram realizar o sonho pacifista da destruição geral"(o grifo é nosso).

No que foi possível observar, os debates em torno do diálogo Governo-Igreja se restringiram a alguns artigos e editoriais publicados no "Jornal do Brasil" e no "O Globo", e nestes, alcançaram maior destaque, aqueles assinados por Carlos Castello Branco e Gustavo Corção.

Em outras oportunidades("Jornal Opinião, Tribuna da Imprensa), o tema ora abordado, foi analisado num contexto mais amplo constituindo-se em componente de uma nova estratégia governamental que os analistas dos órgãos de comunicação social preferem chamar de "abertura".

O clero progressista, na área da jurisdição da ARJ, não se pronunciou. Poderíamos dizer que, não o fazendo diretamente, através da CNBB (considerando a sua expressiva força dentro daquele órgão), reagiu, indiretamente, com a divulgação do documento "Igreja e Política" e com a proposição, ratificada pela Santa Sé, de D. Helder Câmara e de D. Paulo Evaristo Arns, entre outros bispos, para representar o Brasil no próximo Sínodo de Roma.

"Igreja e Política" é consequência da realização de um projeto do 2º Plano Bienal de Atividades da CNBB, de execução em duas fases, a última desenrolando-se de janeiro a outubro do corrente na previsão. Tem toda a gama de características do pensamento progressista pretendendo ser um subsídio à reflexão da Igreja no Brasil: neutralidade (?) defronte das ideologias; de-

núncia dos sistemas políticos que não defenderem, respeitarem e promoverem os direitos humanos, entre eles, o da subsistência física, o dos bens do espírito, do salário condigno, o da associação, o da vida política, o de proteção da ordem jurídica, o de autodeterminação e outros; direito (e dever) do membro da Igreja de procurar o bem comum, como os demais cidadãos...

Assim sendo, alinhavemos, numa síntese, resultados e considerações concretas, no ponto-de-vista da ARJ sobre o diálogo Governo-Igreja, nos dias atuais:

1. Os esforços de aproximação foram feitos por alguns elementos, da maior expressão, sem dúvida, de ambas as partes, mas não envolvem as bases, principalmente no que se refere à Igreja.

2. As reações favoráveis foram palpáveis, apenas nos órgãos de divulgação da imprensa, no que devem ter sido acompanhados pela opinião pública, desconhecedora dos detalhes do problema.

3. No laicato, salientou-se Gustavo Corção, de forma agressiva, contra a política de distensão.

4. Na realidade, embora favoráveis, poucos foram os elementos do clero, que externaram a sua opinião e, nenhum destes é progressista.

5. Tristão de Athayde, leigo de maior expressão, vinculado aos progressistas, continuou atacando violentamente o Governo, nas páginas do JB.

6. Progressistas como D. Mandarino Hypólito e D. Aldo Gerna não alteraram os respectivos comportamentos de crítica sistemática ao Governo.

7. Mesmo D. Eugênio, não deixou de atacar o Governo nos aspectos repressivos e de distribuição de renda (OD, 09/6 e JB, 20/7).

8. As Bipartites e os atos de aproximação apresentaram pontos favoráveis mas dificilmente impedirão a incidência de atritos semelhantes ao ocorrido no Governo anterior.

9. Sem dúvida, o resultado concreto mais positivo é uma re-

lhoria da imagem do Governo, junto ao público, caracterizando-o como um Governo de diálogo.

10. Finalmente, há que se considerar, com respeito ao diálogo com a Igreja, que os setores esquerdistas mais extremados da imprensa e do clero, ainda não se pronunciaram concretamente sobre o assunto, adotando uma posição de expectativa e, certamente, aguardando uma melhor definição do quadro geral para, no momento mais adequado e com maior segurança, externarem as suas opiniões.

Todavia nos últimos dias, nota-se uma preocupação do clero, principalmente dos bispos, de fazer constantes pronunciamentos pela imprensa, sobre o bom relacionamento entre a Igreja e o Estado.

AGÊNCIA SÃO PAULO

1) Apreciação dos resultados concretos

a) Introdução

Pode-se afirmar que o relacionamento da Igreja e Estado nesta área tem alcançado substancial melhoria. D.PAULO EVARISTO ARNS tem mantido diálogo com as autoridades militares da área, tendo inclusive oficiado a última missa comemorativa da Páscoa dos Militares.

No jornal "O São Paulo", os editoriais escritos pela - Frente Nacional do Trabalho e pelo Senador FRANCO MONTORO referentes à política trabalhista e custo de vida tiveram abrandadas as suas críticas. Todavia, observa-se que a relativa atenuação das críticas publicadas pelo órgão oficial da Arquidiocese pode também ser explicada pela ação da Censura Federal, que tem impedido a publicação de certas manifestações inoportunas do clero progressista e pela válvula de escape representada pelo Boletim do Centro de Informações Eclesia, o qual tem publicado, sistematicamente, os editoriais e notícias - vetados pelo DPF/SP.

b) Evolução Política da Igreja Católica

Em recente documento, publicado no jornal "O São Paulo", de 03.08.74, a Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, - divulgou estudo detalhado sobre "A Igreja e a Política", que visa justificar e incentivar o engajamento político do cristão, a fim de "atingir a libertação total que - Deus tem preparado para o homem", uma vez que " ao lutar pela integração e realização da sociedade, o homem, ser político, cumpre o desígnio de Deus".

Tanto assim que os bispos latino-americanos, notadamente os representantes brasileiros no Sínodo dos Bispos a realizar-se no próximo mes de Outubro em ROMA (D.PAULO EVARISTO ARNS; D. HELDER CÂMARA; D. AVELAR BRANDÃO VILELA e D. ALOÍSIO LORSCHEIDER) pretendem revitalizar os princípios elaborados em MEDELLIN, COLOMBIA, em 1967, que a través da Teologia da Libertação, vem procurando unir as mensagens do Evangelho às transformações sociais.

Dessa forma, a par dos êxitos conquistados na CELAM-Conselho Episcopal Latino-Americano - esse sacerdotes pretenderiam agora levar a Teologia da Libertação à Europa e aí conquistar o próprio Vaticano.

c) Relação de artigos que demonstram a ação do clero progressista na área

- Aos 22/06/74, conforme publicação no jornal "O São Paulo", matéria vetada , os bispos da Regional Sul 1,CNBB, elaboraram um documento denominado "Proposta Sobre Justiça Social." Tal documento contém severa crítica à política sócio-econômica e só não veio à público por ação da Censura Federal.
- Aos 16/07/74, conforme dizeres do "O Estado de São Paulo", matéria vetada, Dom PAULO EVARISTO ARNS disse que a tarefa preparatória do Sínodo dos Bispos " é dificultada no BRASIL por causa das distorções em interpretar a ação evangelizadora no campo social e de atemorização que asfixia as lideranças operárias, universitárias e de comunidades de base".
- Aos 10/08/74, em crítica indireta ao sistema político - vigente, " O São Paulo", sob o título de "Lição de uma renúncia: governar é servir", publicou que a Igreja Particular de SÃO PAULO, na pessoa de Dom PAULO EVARISTO - ARNS, está dando exemplo de "governar seus súditos" ao "ouvir as bases para, depois, chegar a dar normas pastorais..."
- Aos 17/08/74, o Cônego AMAURY CASTANHO, até há pouco diretor do Semanário "O São Paulo", disse na sua despedida: "Aqui em SÃO PAULO aprendi, também, que o verdadeiro jornalista, padre ou leigo, terá de lutar tenazmente para superar as pressões de certas estruturas, devendo expor-se ao risco de incompreensões, de prisão mesmo, se desejar ser fiel à Verdade, se se decidir a pugnar pela Justiça e a falar pelos que foram silenciados".
- Aos 17/08/74, o jornal "O São Paulo", matéria vetada, tratou de atitude e atividades das religiosas, completando - essa abordagem com a seguinte frase: "Uma vez que estamos citando fatos tão decisivos em favor da atuação da mulher, e por isso mesmo, da Religiosa, acrescentamos mais uma palavra. Desta vez será a palavra de um dos mais famigerados revolucionários dos tempos modernos, que afirma, sem rebuços: " A experiência de todos os movimentos libertadores atesta que o êxito da revolução depende do grau de - participação das mulheres." (LENINE).
- Ainda no dia 22/08/74, aniversário da Pontifícia Universidade Católica/SP, o Conselho Universitário formalizou a -

concessão do título de "doutor honoris causa" ao Professor ALCEU AMOROSO LIMA, conhecido também pelo pseudônimo de TRISTÃO DE ATHAYDE, tendo em vista os seus méritos como escritor e filósofo católico.

2) Repercussão na opinião pública, particularmente nos meios católicos conservadores e progressistas

a) Meios conservadores

O diálogo que o Governo Federal vem mantendo com a Igreja lançou a corrente tradicional católica, especialmente o setor intelectual, em profundo desânimo.

De fato, os intelectuais católicos conservadores embora reconheçam certa oportunidade no diálogo ora iniciado e não tenham dúvidas sobre a boa vontade governamental em levá-lo adiante, consideram que tal iniciativa resultará em vão a longo prazo, porque a ação do clero progressista obedece a uma estratégia definida e irreversível e que a sua maleabilidade tática visa tão somente a contornar dificuldades conjunturais e confundir os cristãos menos avisados.

Entendem eles, ainda, que o prestígio e a força do clero católico conservador diminuirá progressivamente em razão de concessões que resultarão do diálogo entre o governo e o clero progressista e a falta de apoio moral e material ao clero conservador, que está sendo alijado de toda posição de comando estratégico dentro da Igreja.

E concluem, o clero conservador não tem conseguido dar vazão às suas idéias, uma vez que os meios de comunicação da Igreja estão controlados pelo clero engajado, nem livros tem conseguido publicar, pois poucos são os conservadores que conseguem subvencionamento para publicar suas obras.

b) Meios progressistas

Os prelados e leigos que se vinculam à corrente pastoralista (reformadores moderados) aplaudem e estimulam o diálogo, como se pode comprovar pelo comportamento da Arquidiocese de SÃO PAULO, obediente a orientação de D. PAULO EVARISTO ARNS.

Já quanto à corrente progressista, não há dados disponíveis para que se opine com a devida segurança. Todavia, é presumível que não vejam com bons olhos tal "abertura" pois se a radicalização lhes é favorável, permitindo estender sua influência para áreas e círculos reformistas, o diálogo pode significar o isolamento.

AGÊNCIA CURITIBA

- Quanto ao diálogo iniciado entre o Governo e setores da Igreja Católica, ainda não foi possível uma avaliação dos seus resultados concretos na área, tendo em vista que os principais líderes católicos da mesma não fizeram, até a presente data, nenhum pronunciamento que permitisse essa avaliação. Entretanto, notícias de âmbito nacional, publicadas pela imprensa da área, sobre o diálogo Governo/Igreja, tiveram repercussão favorável nos meios católicos conservadores e progressistas do PARANÁ e de SANTA CATARINA.

AGÊNCIA PORTO ALEGRE

- O diálogo iniciado entre o Governo e a Igreja Católica já rendeu alguns resultados concretos e o povo, de uma maneira geral, tomou conhecimento de fatos referentes a esse diálogo.

- O Cardeal EUGÊNIO SALLES, após ser recebido pelo Presidente GEISEL, no dia 05 AGO 74, declarou à imprensa "não existir mais conflitos entre a Igreja e o Estado, o que leva o País a um clima de paz, cujo maior beneficiado é o povo".

- Em palestra proferida em 08 AGO 74, D. AVELAR BRANDÃO VILELA, Cardeal Primaz do Brasil, falou dos sinais que vislumbram para o BRASIL um diálogo franco e construtivo entre a Igreja e o Estado. Salienta, o prelado, que o período mais difícil para essas relações foi no ano passado, quando só se fazia alguma coisa no campo administrativo, deixando-se de lado o aspecto político, com relação aos direitos do homem.

  D. EVARISTO ARNS, Cardeal Arcebispo de SP, recentemente (22/7/74), rezou uma missa junto ao monumento do Ipiranga, perante 4 mil militares das três Armas, cerimônia de que participou o próprio Cmt do I° Ex.

- Por ocasião do Curso de Reflexão Teológico-Pastoral, realizado de 07 a 27 JUL 74, em VIAMÃO/RS, o Bispo de PASSO FUNDO/RS, D. JOSÉ BRANDÃO DE CASTRO, da "Linha Progressista", referindo-se à expressão de Dom ACHILLE SILVESTRINI, ao término de seu encontro com o Presidente GEISEL, que "a visita tinha o objetivo de melhorar as relações Estado-Igreja", declarou à imprensa que, efetivamente, vários problemas existem de ambos os lados, havendo pedido por parte do clero no sentido de esclarecer a situação: nessa hora talvez tenham sido mal compreendidos e por isso D. ACHILLE referiu-se à visita ao Presidente GEISEL que as relações haviam melhorado". D. JOSÉ BRANDÃO, em seu pequeno pronunciamento, revela que as discussões entre o Governo e a Igreja devem-se, unicamente, à prisão de padres envolvidos em atividades subversivas, deixando de analisar a atuação anti-governo por parte de certos elementos do clero "progressista", principalmente, / nos empenhos de desprestígio do nosso País, no exterior, ou atuando a serviço de organizações subversivas, visando focos de pressão e de luta.

- Nesse curso de Reflexão Teológico-Pastoral, para os Bispos do Cone-Sul, promovido pelo CELAM (Comissão Episcopal para a América Latina) contando com a participação de religiosos de diversos países sul-americanos, foram debatidos os seguintes temas: a elaboração de uma teologia de renovação pastoral, a falta de sacerdotes e o relacionamento Igreja-Estado.

- Em Vila Betânia/VIAMÃO/RS, estiveram reunidos em 09 AGO 74, padres e Bispos representantes de 14 dioceses do Estado, sendo que um dos temas relevantes foi a necessidade de "criação de um projeto de pesquisa sobre os interesses e aspirações da população do Estado".

- De 17 a 21 JUL 74, sob a coordenação do Setor Regional da Juventude da CNBB, realizou-se no Colégio dos Irmãos Maristas, em SANTA MARIA/RS, o IV Congresso Estadual de Jovens, contando com a participação de / 130 jovens. Participaram do Conclave os padres CLARINDO BALDIN e ANTONIO SPADARELLO, ambos progressistas e dirigentes do MUCH (Movimento Universitário de Santa Maria).

CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXÉRCITO

(1) Para se poder apreciar os resultados concretos do diálogo iniciado entre o Governo e os setores da Igreja Católica há que se admitir que, anteriormente, não houvesse esse diálogo. Ocorre, entretanto, que existia um diálogo o qual não era compreendido por determinados setores da Igreja no BRASIL que desenvolviam um esquema de contestação ao Governo.

Não se pode negar, por outro lado, que certas incompreensões chegaram a criar dificuldades às relações Igreja-Estado as quais quase alcançaram o ponto de tensão.

(2) Na análise da situação atual, cabe observar que coube ao Governo a iniciativa da aproximação entre as partes e, se assim se quiser empregar, foi o Governo quem cedeu e a Igreja quem concedeu.

Os primeiros passos foram dados com as audiências do [illegible] cardeais no largo da Misericórdia, no RIO DE JANEIRO, quando o General ERNESTO GEISEL se preparou para assumir a Presidência. Posteriormente, atendendo a um convite formal que receberam, cinco cardeais brasileiros compareceram à posse do Presidente GEISEL. Em seguida notaram-se sinais evidentes de que uma aproximação maior entre a Igreja e o Estado estava sendo iniciada. São provas desse fato:

(a)- Comparecimento do Presidente da República às solenidades de inauguração da Nunciatura, em BRASÍLIA.

Naquela oportunidade a Imprensa comentou que " Igreja e Estado, claramente distanciados nos últimos anos, esforçam-se agora, de maneira também clara, por uma reaproximação. As trocas de opiniões se desenvolvem em clima de quase sigilo". (VEJA, 1º MAI 74).

(b)- Visita do Cardeal AGNELO ROSSI ao BRASIL e audiência com o Presidente da República:

O prefeito da Congregação para Evangelização dos Povos, do Vaticano, Cardeal ROSSI, quando esteve no BRASIL em Julho, foi alvo de várias manifestações de apreço, seja por parte do clero, seja por parte de autoridades civis.

Em entrevista com a Imprensa, o Cardeal ROSSI declarou:

- " As organizações religiosas têm sentido uma permanente preocupação do Estado com o bem-estar do povo e todos os contatos realizados têm servido a uma nova contribuição, a uma nova luz " (o grifo é nosso) - VEJA - 17 JUL 74.

- " Segundo o cardeal, o entendimento passou a existir no momento em que as autoridades passaram a perceber que, tanto de um lado como do outro, havia uma só preocupação, que era o bem-estar do povo brasileiro "(o grifo é nosso) - O ESTADO DE SÃO PAULO - 9 JUL 74.

(c) Entrega, e recebimento, do título de cidadão soteropolitano ao cardeal AVELAR BRANDÃO VILELA, ocasião em que o homenageado declarou: " Mas eu sinto que chega (o título) às minhas mãos na hora certa, e me sinto à vontade para recebê-lo ". (VEJA -17 JUL 74).

Posteriormente D. AVELAR declarou ao repórter da citada revista: " Na verdade, se percebe que há um clima e um estilo diferentes. E isso propicia evidentemente possibilidades de maiores contatos e de diálogos mais proveitosos ".

(d)- Declarações do cardeal EUGÊNIO ARAÚJO SALES após entrevista que manteve com o Presidente GEISEL:

" Atualmente não existe mais nenhum ponto de atrito entre a Igreja e o Estado " e a prova disso é que " não há ninguém preso na área da Igreja ". E mais adiante: " Não temos mais nenhum ponto de atrito como tínhamos antes, e isto se deve tanto à Igreja quanto ao Governo, que estão em permanente colaboração em benefício do povo brasileiro " - DIÁRIO DE BRASÍLIA - 6 AGO 74.

(e)- Entrevistado pelo Estado de São Paulo, o cardeal AVELAR BRANDÃO declarou (19 Ago):

" Tínhamos chegado, no ano passado, a um ponto bastante grave, onde uma acentuada intolerância dificultava as relações Igreja-Estado ".

" Há sinais indicadores de início do diálogo depois de um período de grandes dificuldades ".

" Uma arrancada violenta pode parecer um sinal de autenticidade mas pode também demonstrar ingenuidade ".

" Estamos apenas diante de sinais, não se pode saber com segurança o que vai acontecer daqui por diante ".

(f)- Páscoa dos Militares em SÃO PAULO:

O Jornal do Brasil, no dia 23 de Ago, publicou palavras do cardeal PAULO EVARISTO ARNS e do Gen EDNARDO D'AVILA MELLO, que declararam, respectivamente, " deixar egoismos e caprichos para irmos de encontro aos outros " e " as Forças Armadas e a Igreja não poderiam estar divorciadas no momento em que se comemora a Páscoa".

(3) Dentro do contexto do relacionamento Igreja-Estado, é interessante notar-se o artigo do colunista CARLOS CASTELLO BRANCO, intitulado " A Igreja e o Estado ", do qual extraem-se os seguintes trechos:

" Não se conhece a extensão e o êxito das gestões entre as cúpulas do Estado e da Igreja ".

" No clero os sinais são evidentes "

" Os contatos vão-se multiplicando "

" A Igreja é vista como de solidariedade ativa com as classes mais pobres ".

A respeito desse artigo, o pensador católico GUSTAVO CORÇÃO teceu diversas considerações críticas, inserindo observações contra a opinião esposada pelo columista.

Comentando as palavras de CARLOS CASTELLO BRANCO, o pensador católico diz que o columista desconhece a matéria especialmente (religião) ao tentar atenuar o triste papel dos padres do passeata e do marxismo.

(h) Da apreciação do problema pode-se concluir com as seguintes observações:

(a) a aproximação está sendo tentada e restrita às cúpulas governamental e do episcopado;

(b) houve boa receptividade e a repercussão foi muito favorável, uma vez que a aproximação poderá trazer benefícios;

(c) faltam dados concretos, suficientemente definidos, que permitam caracterizar a atitude de ambas as partes;

(d) a iniciativa coube ao Governo, cabendo observar que a Igreja não cedeu. As declarações dos prelados católicos são civadas de cautelas, reticências, sofismas e ambiguidades;

(e) em face da existência de elementos do chamado " clero progressista ", melhor dizendo, da " esquerda comunista clerical", os quais se mantêm ativos e atuantes, o combate a esse grupo deve continuar;

(f) considerando as declarações públicas prestadas por alguns cardeais, bem como o reflexo que os mesmos causaram na opinião pública, definindo a existência de um clima de entendimento cordial entre o Governo e a Igreja, o atual "diálogo" corre um risco de fazer ruir todo o castelo já construído, em face da possível prisão ou detenção de um subversivo que tenha ligações com a Igreja.

c. Diálogo do Governo com a Igreja

c.1 - Compilação do que sobre o assunto, direta ou subliminar, foi publicado na imprensa, ou foi recolhido pelo CISA.

- A imprensa, de modo geral, destacou a presença de altos prelados da Igreja, na solenidade de posse do atual presidente da República.

- A Agência France Press, em 6 de junho de 1974, divulgou para o exterior "que Dom HELDER PESSOA CÂMARA fora escolhido pela CNBB, em eleição na qual votaram 276 bispos, para, na condição de Delegado, representar o Brasil no próximo e importante "SÍNODO DE ROMA". Os outros escolhidos foram ALOÍSIO LORSCHEIDER, PAULO EVARISTO ARNS, AVELAR BRANDÃO VILELA, WALFREDO BERNARDO TEPE e IVO LORSCHEITER, todos autênticos representantes do que há de mais atuante no chamado "clero progressista", porém que este Centro chama de comunistas padres.

- O boletim Informativo nº 338, de 7 de junho de 1974, do Centro de Informações Eclesia, da Arquidiocese de São Paulo, divulga nota de que nos "últimos dias foram efetuadas várias prisões de intelectuais na cidade de São Paulo, entre os quais professores universitários. A nova onda repressiva vem no momento em que se depositava (o grifo é nosso) no novo Governo Federal, esperanças de sensíveis melhoras no delicado setor dos direitos humanos". Os "intelectuais" presos eram subversivos.

- Em 15 de junho de 1974, o Jornal do Brasil publicou que o Comandante do II Exército visitava PAULO EVARISTO ARNS e que a troca dessas visitas se fazia pela terceira vez.

- "O Cardeal PAULO EVARISTO ARNS manifestou ao Comandante do II Exército mais uma vez as preocupações da Igreja com relação a Ilegalidade de recentes prisões feitas em São Paulo e, de modo especial, com relação aos excessos policiais no trato dos detidos", é o que divulgou o Boletim Informativo "ECCLÉSIA" nº 331, de 18 de junho de 1974.
(o grifo sob a palavra "ilegalidade", é nosso)
Os detidos, todos subversivos, foram presos legalmente.
Os "excessos policiais" eram meras especulações fantasiosas do Cardeal.

- O Boletim Informativo nº 334 do ECCLÉSIA, de 28 de junho de 1974, destaca o fato de HELDER CÂMARA haver recebido o título de Doutor Honoris Causa em Direito pela Universidade "Harvard", de Mass, EUA.

- No início de julho, PAULO EVARISTO ARNS e outros conhecidos contestadores do regime, tais como ALCEU DE AMOROZO - LIMA, HELENO CLAUDIO FRAGOSO, HERÁCLITO SOBRAL PINTO e BARBOSA LIMA SOBRINHO, promoveram em São Paulo, movimento apoiando o apelo Papal à anistia de presos políticos. AGNELO ROSSI, Cardeal brasileiro sediado em Roma, Prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos, vem ao Brasil, e em 8 de julho de 1974, é recebido em audiência pelo Presidente da República. Posteriormente, em declarações à imprensa, enfatiza que manteve com o Presidente amistoso diálogo.

- No mesmo dia 8 de julho de 1974, inicia-se no RGS, um curso promovido pela Igreja para 35 Bispos sul-americanos. Dentre as matérias que serão lecionadas, destacamos "ideologia socialista" e "Teologia da libertação". A propósito de "teologia da libertação", transcrevemos a seguir artigo da autoria do Cardeal ALFREDO VICENTE SCHERER, publicado na coluna "A voz do Pastor", no "Correio do Povo", de 27 de março de 1973. Paradoxalmente, é o mesmo Cardeal - SCHERER, que em 8 de julho de 1974, cedeu o Seminário Maior de Viamão para que lá se realizasse o referido curso ; segue trecho do artigo de ALFREDO VICENTE SCHERER:

> "Hoje se apresenta na América Latina e também na Europa uma "teologia da libertação" que deixa de lado e até menospreza a tarefa própria da Igreja, para patrocinar unicamente a reorganização econômica, política e social do mundo. Alguns grupos de modernos libertadores, cujos representantes no ano findo se reuniram em Santiago do Chile, e depois no Escorial na Espanha, já avançaram - mais longe e adotaram doutrinas, métodos de ação e programas tipicamente marxistas. A libertação a que chegariam, se obtivessem influência e êxito, está bem à vista nas férreas ditaduras e intoleráveis servidões dos países submetidos a regimes comunistas. Poderia citar as reservas de Paulo VI expressas em 17 de agosto do último ano, relativamente a este gênero de "teologia" mas seus defensores pouco ou nada se impressionam - com a palavra do Papa.

A Igreja não falhará aos seus deveres no plano social, em defesa dos direitos humanos que para nós têm sua mais sólida fundamentação em princípios de nossa fé. Neste esforço participamos com as multiformes e poderosas organizações e toda a vasta estrutura administrativa dos países e das nações. Mas, a Igreja tem um encargo - ainda mais importante a realizar. Está-nos confiada a defesa dos direitos de Deus e do destino transcendente da criatura humana, valores estes contra os quais o materialismo audacioso e a indisciplina moral, com armas modernas e antigas, movem encarniçado combate aos centros nervosos - de toda a vida espiritual e perturbam a retidão dos julgamentos nas decisões pessoais. A autêntica evangelização e uma eficiente promoção humana, esta inspirada naquela, sempre se afirmam e progridem no mesmo rítimo.

O materialismo egoísta escraviza, a imoralidade insaciável corrompe, mas o amor generoso a Deus oferece a base resistente e o estímulo - forte para uma genuina e autêntica libertação mediante o estabelecimento da justiça e da fraternidade entre os homens. Ao menos para nós, que aceitamos o Evangelho, a linha de conduta e de ação não pode ser outra".

- *PAULO EVARISTO ARNS concede entrevista ao Jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO", em 16 de julho de 1974, onde informa algumas das propostas que os Bispos brasileiros levarão ao SÍNODO DE ROMA, dentre as quais destaca a "TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO".*

- *A CNBB, segundo notícias publicadas em inúmeros jornais - no final de julho, divulgou o documento intitulado "Igreja e Política". Reproduziremos aqui, apenas, o item 16 no qual o documento recorda que "não deixou Jesus de atingir os detentores do poder: a Herodes chamou raposa (Lucas, 13,22), ironizou a pretendida autoridade dos chefetes opressores, que ainda ousavam intitular-se benfeitores do povo (Lucas, 22,25)".*

O documento "Igreja e Política" é de crítica ao Governo, e, "estranhamente", coincide com um manifesto divulgado pelo MDB do RGS.

- EUGENIO SALLES, Arcebispo do Rio de Janeiro, é recebido em 5 de agosto de 1974 pelo Presidente da República, e, posteriormente, declara a imprensa (JB, 06 AGO 74) que "atualmente não existe mais nenhum ponto de atrito entre a Igreja e o Estado e uma prova disso é que não há presos na área da Igreja".
- CARLOS CASTELLO BRANCO, articulista político, publica longo artigo no "caderno especial" do JB de 11 de agosto de 1974, sob o título "A Igreja e o Estado", torcendo a "História" e manipulando a pena com a manifesta intenção de exculpar a Igreja e culpar os Governos Revolucionários, pela posição antagônica emergida desde o Governo COSTA E SILVA. GUSTAVO CORÇÃO respondeu com artigo publicado no O GLOBO de 15 Ago 74.
- O mesmo Jornalista CARLOS CASTELLO BRANCO, volta a insistir na existência do diálogo, na sua coluna publicada no JORNAL DO BRASIL, de 24 de agosto de 1974.

c.2 - <u>Qual o objetivo não declarado dos promotores da existência de novo "diálogo"?</u>

Primariamente é fixar, no seio da opinião pública, a idéia de que não existe "diálogo" com a Igreja Católica. Para tal valeram-se, inicialmente, da falsa imagem criada há muito pela esquerda, "de que o Governo, com o hermetismo que lhe é intrínseco, repulsa qualquer tentativa particular em defesa do que se convencionou chamar de "direitos do homem"."

Engajando-se, a Igreja Católica, na defesa dos "direitos do homem", encontrou, é o que alardeiam, fechadas as portas para o diálogo.

O fundamento para a adoção dessa tática é criar um "sentimento de culpa" nacional, que suscite um movimento interno de opinião pública contra a política governamental de "não reconhecer os direitos do homem", corroborado por uma bem conduzida campanha internacional de repulsa aos responsáveis pela "opressão imposta ao povo e àqueles que lutam pela abolição das injustiças sociais."

Faz, assim, a cúpula da Igreja do Brasil - CNBB - jogo duplo, beneficiando-se na sua coalizão com a esquerda, - quando alardeia que o "diálogo" está reiniciando-se, e quando promove, consentaneamente, a defesa dos direitos humanos e a condenação ao Governo que comete atrocidades contra aqueles que lutam por essas direitos. Sabedora

que a opinião pública desaprova o terrorismo, a CNBB defende ferrenhamente os religiosos e leigos que caem nas malhas da repressão, não reconhecendo a acusação formulada contra o delinqüente, que de agente do crime passa a ser vítima de outro que promovem maior, qual seja, a perseguição político-religiosa.

Ainda, por outro lado, beneficiam-se os comunistas padres quando conseguem estabelecer aparente diálogo, o qual significa pelo aval do Governo ao nefasto trabalho desenvolvido pela CNBB, que prossegue animadoramente, promovendo as teses aprovadas na sua XIII Assembléia Geral.

O importante, na hora presente, é o Governo perceber que no Brasil, na Igreja Católica, não há padres comunistas, porque, por absurdo, os dois conceitos se conflitam, mas há, fora de dúvida, comunistas padres, como denunciou EUZANNE LABIN em seu extraordinário livro "Em cima da hora": "já em 1935 Moscou ordenou que entrassem os seminários, para se tornarem padres, membros de confiança, bem selecionados, da Juventude Comunista".

Com esses comunistas padres o diálogo é suicídio, porém, com os padres de verdade, o diálogo é imprescindível.

Em os órgãos de Informações arquivadas suficientes evidências que permitem deduzir-se, individualmente, quais são os Comunistas padres, e por exclusão, quais são os padres de verdade. Os padres HELDER CÂMARA e PAULO EVARISTO ARNS, que, por exemplo, nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1974, estavam reunidos com familiares de terroristas "desaparecidos", no CENÁCULO, das 8,30 hs às 12:00 hs e das 14:00 hs às 19:00 hs, na rua Pereira da Silva nº 135, Rio, GB, em companhia do comunista leigo CÂNDIDO MENDES, esquematizando campanha contra a suposta detenção de "presos políticos", são comunistas padres, ao passo que Dom GERALDO SIGAUD e Dom CASTRO MAYER, são simplesmente, Padres.

Ocorre que a cúpula da CNBB é composta de comunistas padres, o que invalida qualquer diálogo, até sobre amenidades, pois dele tirarão partido contra o Governo.

Todos os religiosos que, conscientemente, promovem no território nacional a luta de classes e a guerra psicológica adversa e aqueles que exportam para a imprensa internacional campanha difamatória contra o Governo, são comunistas padres, assim como todos aqueles que se dedicam à pregação do Evangelho, à defesa do dogma da fé, à salvação das almas e a administração dos sacramentos, consoante aqueles princípios que tem 2.000 anos, são padres.

c.3 - Repercussão do diálogo com a Igreja

A repercurssão foi, na opinião pública, no seio da Aeronáutica e no meio dos comunistas padres, boa para os dois primeiros e excelente para os últimos, variando a gradação em função do que ignoram ou sabem.

c.4 - CONCLUSÃO / ESTIMATIVA

Estimamos que os comunistas padres continuam procurando o "diálogo" pelas razões acima enumeradas, e pelas mesmas razões que animam os políticos carreiristas, e até certa categoria de bem posicionados vigaristas, a se fazerem notar, em busca de prestígio, nas ante-salas dos gabinetes, e principalmente nas cerimônias públicas, nas proximidades de ilibadas autoridades.